

IEO: Governança do FMI precisa de mudanças

Em sua nova avaliação, o IEO analisa os mecanismos de governança do FMI e aponta áreas que podem ser reforçadas para ajudar o Fundo a cumprir melhor seu mandato. No lançamento do relatório, Tom Bernes, Diretor do IEO, frisou que o follow-up dessa avaliação exige o envolvimento direto dos ministros e governadores de bancos centrais que compõem a Assembléia de Governadores do FMI.

Nos últimos 60 anos, graças a reformas graduais na governança, o FMI tem conseguido se manter relevante face às transformações da economia mundial, mas as reformas não seguiram o ritmo das mudanças no mandato do Fundo e no ambiente em que ele opera. Hoje, o FMI se encontra num momento crucial, em que se questionam

sua legitimidade e relevância. Tem-se dado muita atenção às quotas e aos votos, mas uma reforma mais ampla da governança também exige o reforço da legitimidade, prestação de contas e eficácia do FMI.

A avaliação examina as funções dos três grandes órgãos dirigentes e suas inter-relações: o Comitê Monetário e Financeiro Internacional (CMFI), principal órgão para a participação ministerial nas decisões do FMI; o Conselho de Administração, um órgão representativo em tempo integral a que os acionistas delegaram o grosso da responsabilidade sobre as atividades do Fundo, e o Gabinete do Diretor Geral. Indaga-se: Em que medida os mecanismos de governança do Fundo lhe permitem atuar de maneira eficiente e eficaz?



Ruben Lamdany (esq.), líder do projeto, Leonardo Martinez-Diaz (dir.), Bob Garrat (esq., ao fundo) e Tom Bernes, Diretor do IEO (centro), participam de um workshop do IEO como preparação para a avaliação da governança do FMI.

Continua na página 2

Avaliação do IEO sobre a condicionalidade estrutural nos programas apoiados pelo FMI

Em maio de 2008, o Conselho de Administração do FMI discutiu o plano de implementação das recomendações aprovadas pelo Conselho e constantes da avaliação sobre a condicionalidade estrutural nos programas apoiados pelo FMI, de 2007. Ao discutir o plano da Direção Geral, os Diretores frisaram a importância da parcimônia e essencialidade como critérios para impor condições estruturais, lembrando que é preciso reforçar o escrutínio dos programas pelo Conselho. Os Diretores consideraram a estratégia apropriada. Em especial, destacaram:

- À luz das Diretrizes sobre a Condicionalidade do Fundo (2002), a condicionalidade estrutural deve focar

áreas básicas de competência do Fundo. Já em outras áreas, exige forte justificativa e, na maior medida possível, o recurso à assessoria de organismos multilaterais, sobretudo o Banco Mundial.

- A adição de condições durante avaliações subsequentes deve ser bem justificada, tendo como respaldo as condições descritas na documentação original do programa.
- Os Diretores saudaram a iniciativa de tornar pública a base de dados Monitoramento dos Acordos do FMI (MONA) para documentos que já são de domínio público.
- Vários Diretores pediram que se fizesse um balanço na avaliação final para

comparar os objetivos expressos no programa e os progressos obtidos.

- Os Diretores louvaram os planos do corpo técnico de rever a Nota de Diretrizes Operacionais sobre a Condicionalidade Estrutural, recomendando a inclusão de critérios sobre condições impostas por doadores ou solicitadas pelas autoridades nacionais e de instruções sobre áreas cruciais de reforma que não sejam de competência do Fundo.

A lista completa das recomendações do IEO sobre a condicionalidade estrutural nos programas do FMI está em <http://www.ieo-imf.org/eval/complete/eval_01032008.html>.

Governança do FMI precisa de mudanças (cont. da página 1)

Em que medida esses mecanismos tornam o FMI responsável por seus atos? Eles proporcionam aos países membros e outras partes interessadas o espaço para expressar sua voz e influenciar as decisões tomadas pelos órgãos dirigentes do FMI?



Principais constatações e recomendações

A avaliação constata que a eficácia é o aspecto mais sólido da governança do FMI; os atuais mecanismos permitem ao Fundo agir com rapidez e coerência, sobretudo diante de crises sistêmicas. Por outro lado, a prestação de contas e a voz são os aspectos mais frágeis e, se não forem reforçados, a eficácia tenderá a ser afetada a médio prazo. Propõe-se uma

“O foco deste trabalho recai sobre o CMFI, o Conselho e a Direção... Assim, o seguimento desta avaliação exige um processo distinto; em especial, exige o envolvimento ativo dos principais responsáveis pelas políticas do Fundo.”

—Tom Bernes, Diretor do IEO

série de medidas detalhadas para cada um dos principais órgãos dirigentes. As principais constatações e recomendações são:

- Não há clareza quanto às respectivas funções de cada órgão dirigente. Para aumentar a eficácia do FMI e facilitar a prestação de contas, é preciso esclarecer essas funções e responsabilidades, de modo a minimizar as duplicidades e corrigir eventuais lacunas.
- O envolvimento ministerial tem que ser mais sistemático e formal. O CMFI carece de um mandato para definir estratégias e exercer a supervisão de alto nível da instituição. Para que essas funções sejam cumpridas, é fundamental ativar o Conselho Ministerial, como previsto no Convênio Constitutivo. Esse Conselho deveria atuar com base no consenso, talvez por intermédio de maiorias qualificadas.
- O foco excessivo nas funções executivas, e não de supervisão, compromete a eficácia do Conselho. Este deveria reorientar suas atividades para uma função de supervisão, assumindo um papel mais ativo na formulação de estratégias, monitorando a implementação das políticas para garantir a tomada de medidas corretivas oportunas e exercendo a supervisão eficaz da Direção-Geral. Para isso, o

Conselho teria que alterar muitas de suas práticas, desvencilhando-se de atividades executivas rotineiras, inclusive através da delegação de funções a comitês e, possivelmente, à Direção-Geral.

- É preciso definir uma estrutura para que a Direção-Geral preste contas por seu desempenho. Esta tarefa já foi iniciada, e a estrutura conterá critérios específicos e um processo para realizar avaliações periódicas.

Ao discutir o relatório em maio de 2008, o Conselho de Administração acolheu as recomendações como parte de um esforço para aperfeiçoar a governança do FMI. Numa nota conjunta, o Conselho e o Diretor-Geral reconheceram que as constatações representam “o início de uma discussão mais profunda” e comprometeram-se a cooperar nos meses seguintes para forjar idéias que contem com ampla aceitação entre os países membros e contribuam para construir uma instituição mais sólida e eficaz.

O relatório *Governance of the IMF: An Evaluation*, bem como a declaração do Diretor-Geral, a resposta do corpo técnico, a declaração do Comitê de Auditoria Externa e a nota conjunta do Conselho e do Diretor, pode ser consultado no endereço <http://www.ieo-imf.org/eval/complete/eval_05212008.html>.

Possíveis Tópicos para Avaliação e Relatório Anual de 2008 já disponíveis

O IEO divulgou uma série de possíveis tópicos para avaliação no endereço <http://www.ieo-imf.org/pub/pdf/work_pro08.pdf>. A lista, intencionalmente longa, reflete as muitas sugestões recebidas das partes interessadas externas e dos membros do

Conselho, Direção e corpo técnico do FMI. O programa de trabalho do IEO será finalizado até dezembro. Comentários e sugestões podem ser enviados para feedback@ieo-imf.org.

O quinto relatório anual do IEO, que acaba de ser publicado, passa em revista as constatações das duas últimas avaliações do IEO, relaciona lições universais destacadas em relatórios de anos anteriores e trata dos atuais projetos de avaliação. Ademais, descreve a nova estrutura para monitorar e seguir a implementação das recomendações do IEO aprovadas pelo Conselho. Consulte <<http://www.ieo-imf.org/pub/annualreports.html>>.

Interação do FMI com os países membros

Para alcançar seus objetivos, o FMI depende em grande medida da interação eficaz com os países membros, no contexto das relações estabelecidas entre o Fundo e seus 185 países membros. A natureza e os objetivos dessas relações variam muito. O feedback de diversas fontes — autoridades, sociedade civil e acadêmicos — revela que essa interação pode melhorar, e sua importância e falhas são temas recorrentes nas avaliações do IEO.

Uma nova avaliação do IEO examinará se a interação entre o FMI e os países membros tem sido eficaz e bem gerida. Analisará como o FMI administrou a interação em diferentes circunstâncias e com diversos objetivos, de 2001 até o início de 2008, empregando duas medidas: 1) as políticas do próprio Fundo para gerir essa interação e 2) as políticas e práticas de outras instituições, como o Banco Mundial, a OCDE, o BIS e alguns bancos centrais, além de entidades do setor privado. Também

serão considerados alguns modelos do que seria a melhor prática nessa área.

O documento preliminar que define a diretriz principal, foco e metodologia propostas pode ser consultado em <<http://www.ieo-imf.org/eval/ongoing/051508.pdf>>.

Assessoria do FMI em Política Comercial

O IEO deu início a uma avaliação da abordagem do FMI em questões de política comercial.

Muito se discute sobre o mandato do FMI no tocante à política comercial, e as opiniões se dividem: o Fundo excede os limites, ou não faz o bastante. A assessoria do Fundo nessa área também tem gerado polêmica, e a principal crítica é a postura doutrinária e/ou parcial no que tange à liberalização do comércio. E, dada a crescente complexidade das questões de política comercial, indaga-se nos últimos anos se o corpo técnico do FMI está apto a tratar desse assunto com a sistemática necessária.

A avaliação cobrirá o período 1996–2007, enfocando as seguintes questões: O FMI tem um papel bem definido na política comercial? Sabe dar o tratamento correto às questões nessa área? Em assuntos de política comercial, o Fundo procura cooperar com outros organismos internacionais, sobretudo a OMC? A assessoria do FMI em matéria de política comercial é eficaz?

O documento temático que define as principais diretrizes, foco e metodologia para a avaliação pode ser consultado em <http://www.ieo-imf.org/eval/ongoing/Trade_IP.pdf>.



Susan Schadler, líder do projeto de avaliação, dirige-se a representantes do meio acadêmico, centros de estudo, ONGs e outros organismos multilaterais num evento do IEO em abril de 2008.

Periscópio

Em março, Tom Bernes reuniu-se com o Comitê de Assessoria Independente sobre o Impacto no Desenvolvimento (IACDI), do Reino Unido, para falar da experiência do IEO. O IACDI ajuda o governo britânico a definir a estratégia geral e as prioridades do trabalho de avaliação do Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID).

Em abril, Tom Bernes foi à reunião do Grupo de Cooperação em Avaliação, em Túnis, Tunísia. Ainda em abril, Ruben Lamdany, Diretor Assistente do IEO,

apresentou ao Conselho do Banco Africano de Desenvolvimento as conclusões da avaliação do IEO sobre a condicionalidade estrutural.

Em julho, Tom Bernes e Ruben Lamdany discutiram a avaliação do IEO sobre a governança do FMI com autoridades do Reino Unido e organismos da sociedade civil. O Sr. Lamdany também apresentou essa avaliação ao BCE em Frankfurt e, em Bruxelas, ao grupo de especialistas da UE sobre a reforma das instituições financeiras internacionais, presidido por Luc Coene, Vice-Governador do Banco Nacional da Bélgica.

O Sr. Lamdany também apresentou as constatações da avaliação sobre a condicionalidade estrutural ao Grupo Parlamentar Suprapartidário para Dívida, Ajuda Financeira e Comércio da Câmara dos Comuns do Reino Unido, no Leonard Davis Institute for International Relations da Hebrew University, e num seminário co-organizado pela Eurodad e o Bruegel, um centro de estudos belga.

Ainda em julho, Tom Bernes e John Hicklin, Subdiretor do IEO, falaram numa

IEO

Independent Evaluation Office
of the International Monetary Fund

Gabinete de Avaliação Independente
do Fundo Monetário Internacional

Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, N.W., Washington D.C., 20431, EUA

Tel.: +1 202 623-7312
Fax: +1 202 623-9990
Website: www.iew-imf.org

Seus comentários são importantes

Escreva para feedback@iew-imf.org.

Periscópio... (cont. da página 3)



Panelistas debatem no lançamento da avaliação do IEO sobre a governança do FMI, no Center for Global Development (CGD), em Washington. (Da esq.) Amar Bhattacharya, Diretor do Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro para Assuntos Monetários Internacionais e Desenvolvimento; Jo Marie Griesgraber, Diretora Executiva da New Rules for Global Finance; Tom Bernes, Diretor do IEO; e Nancy Birdsall, Presidente do CGD.

conferência sobre o equilíbrio na reforma do FMI, em Waterloo, Canadá, patrocinada pelo Centre for International Governance and Innovation, pela coalizão New Rules for Global Finance, e pelo Global Economic Governance Program, da Universidade de Oxford. O Sr. Bernes presidiu a sessão sobre opiniões regionais sobre reforma da governança e questões de representação. Ele também falou ao Center for Global Development (foto) e à Brookings Institution, em Washington.

Em agosto, Tom Bernes e Ruben Lamdany estiveram com autoridades do Brasil, Argentina e Chile para tratar da avaliação da governança do FMI. O Sr. Bernes apresentou as constatações do estudo ao Conselho do Banco Central do Chile, enquanto o Sr. Lamdany falou ao Centro de Globalização Aplicada da Universidade Finis Terrae e à CEPAL, ambos no Chile, e ao Centro para a Estabilidade Financeira, na Argentina.